



ROTEIRO DE ESTUDOS/ATIVIDADES

UME: PEDRO II

COMPONENTE CURRICULAR: História - 9º ANO A, B e C

UNIDADE TEMÁTICA: O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX.

OBJETOS DE CONHECIMENTO: Os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações.

HABILIDADE: EF09HI03B, EF09HI03C e EF09HI04B

PROFESSOR(ES): Carlos Roberto de Messias e Emmanuel.

PERÍODO DE 12 A 30 / 04 /2021

Enviar para o e-mail carlos01793572801@educa.santos.sp.gov.br

História	
Tema: Revolução Francesa	
Orientação	I. Estou disponibilizando vários materiais para você estudar em casa: Os textos abaixo, links do site Brasil Escola e da videoaula para você ver e rever de acordo com seu ritmo e sua compreensão. Assim, você poderá, com mais tempo, estudar ainda mais e responder as questões que você encontrará nas atividades.
Textos	I. A LUTA PELA CIDADANIA Nas primeiras décadas do período republicano no Brasil, a participação política dos cidadãos comuns era bastante restrita. A maioria, por ser analfabeta, não votava, poucos conseguiam fazer valer os seus direitos e o poder político se concentrava nas mãos de uma pequena elite. Dessa forma, a maior parte das manifestações de luta pela cidadania nesse período eram realizadas contra a arbitrariedade dos governantes ou dos grandes proprietários. As revoltas que conheceremos em seguida, ocorridas em 1904 e 1910 na cidade do Rio de Janeiro, podem ser consideradas símbolos dos protestos populares contra a opressão exercida pelos controladores do Estado. A Revolta da Vacina A política de remodelamento da capital federal se somava à realização de campanhas pela higienização da cidade e erradicação da febre amarela, da varíola e da peste bubônica. Incumbido dessa tarefa, em 1903, o médico sanitarista Oswaldo Cruz, diretor-geral de Saúde Pública, criou brigadas sanitárias para eliminar o mosquito transmissor da febre amarela. No ano seguinte, foi aprovada a lei que tornava obrigatória a vacinação contra a varíola. A população não foi orientada sobre essas decisões, e muitos não se conformavam com a obrigação de tomar uma vacina. Assim, explodiu uma rebelião popular na cidade do Rio de Janeiro, que ficou conhecida como Revolta da Vacina. Durante vários dias, a população enfrentou nas ruas as forças policiais e as tropas do exército e da marinha. Em 16 de novembro de 1904, a lei da vacinação obrigatória foi revogada, e o movimento refluíu até

desaparecer completamente. A revolta deixou um saldo de trinta mortos e quase mil presos, dos quais 461 foram deportados para o estado do Acre.

II. A Revolta da Chibata

Em 23 de novembro de 1910, marinheiros dos encouraçados Minas Gerais e São Paulo tomaram posse das suas embarcações e se amotinaram exigindo o fim dos castigos físicos que eram aplicados pelos oficiais na marinha brasileira. Nas Forças Armadas, principalmente na marinha, os cargos oficiais eram ocupados por membros das camadas mais ricas da sociedade. Os marinheiros, por sua vez, vinham de famílias pobres, e muitos deles eram ex-escravizados ou descendentes de africanos escravizados. Para os oficiais, a disciplina só podia ser mantida com a mesma violência praticada antes nas grandes fazendas. Liderada pelo marinheiro João Cândido, filho de um ex-escravizado e que ficou então conhecido como Almirante Negro, a revolta contra os castigos se iniciou no encouraçado Minas Gerais e se espalhou por outros navios de guerra. Inicialmente, o então presidente Hermes da Fonseca cedeu às exigências dos marinheiros, prometendo anistiar os amotinados. Porém, após a rendição, o governo prendeu e expulsou vários marinheiros da corporação.

A carta dos marinheiros

Durante o movimento, os líderes da Revolta da Chibata enviaram ao presidente Hermes da Fonseca uma carta, em que faziam suas reivindicações. Leia um trecho a seguir: [...] retirar os oficiais incompetentes e indignos de servir a Nação Brasileira. Reformar o Código Imoral e Vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareça a chibata, o bolo, e outros castigos semelhantes; aumentar o soldo [...], educar os marinheiros que não têm competência para vestir a orgulhosa farda [...].

MARTINS, Francisco Dias. Carta redigida durante a Revolta da Chibata, 22 nov. 1910. Disponível em: . Acesso em: 26 maio 2018.

III. A organização dos movimentos negros no pós-abolição

A fase que se iniciou após a abolição da escravidão e a consolidação do regime republicano foi bastante difícil para a população pobre e principalmente para os negros. O projeto popular e democrático que havia sido pensado por ativistas negros na luta pelo fim do sistema escravista foi sufocado pelas elites conservadoras, que visavam à manutenção do modelo social desigual e excludente. Os grupos abolicionistas mais comprometidos com as questões que envolviam a cidadania da população negra propunham mudanças radicais, como reforma agrária, reforma eleitoral, acesso à educação, atendimento médico, emprego e salários dignos, entre outros direitos que permitiriam a inserção igualitária dos ex-escravizados na sociedade. No entanto, houve a preservação dos interesses das elites, sem mudanças que ameaçassem a propriedade ou o poder político e econômico desses grupos. Para fazer frente às práticas racistas e à desigualdade social, foram criadas em diversas regiões do país associações que reuniam pessoas negras e onde eram realizadas diversas atividades e discussões. Esses núcleos contribuíram com a organização e a difusão de ideias de pensadores negros que buscavam alternativas para a melhoria das condições de vida dessa parcela da população. Nesse período, houve ainda a fundação de diversos jornais independentes que compunham a chamada imprensa negra e que tiveram papel importante no desenvolvimento das lutas por democracia, igualdade econômica e social e participação da população afro-brasileira na vida política do país. A imprensa negra contribuiu ainda no processo de consolidação dos movimentos negros contemporâneos e na construção de identidades das comunidades afrodescendentes, que influenciaram a sociedade brasileira com projetos críticos ao modelo de dominação vigente.

	Leia o texto e responda as questões. A INSERÇÃO DOS EX-ESCRAVIZADOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA APÓS A ABOLIÇÃO É consenso entre os historiadores que o Estado brasileiro não se responsabilizou pelo destino dos ex-escravizados após a abolição. Contudo, as estratégias dos ex-escravizados para obterem meios de ganhar a vida é motivo de debate. Até o início da década de 2000, a maior parte dos pesquisadores do tema acreditava que a quase totalidade dessas pessoas teria migrado para as cidades. Nos últimos anos, contudo, alguns historiadores têm questionado essa visão. Em um artigo do qual você lerá um trecho a seguir, o historiador Alvaro Pereira do Nascimento chama atenção, inicialmente, para o fato de que o tipo de atividade em que os ex-escravizados se engajavam dependia da realidade local. E afirma que, se grande parte dos libertos migrou para as cidades, parcela significativa permaneceu no campo – ou nas mesmas fazendas em que eram escravizados, mas sob novo regime de trabalho, ou em outras fazendas. Certamente houve movimento de ex-escravos para as cidades, mas tal visão encobre um processo muito mais complexo. [...] Mas havia os que migraram imediatamente para as cidades e mesmo para outras fazendas. [...] [Podia ser] uma nova fazenda ou sítio, nos quais os indivíduos construíam suas casas de pau a pique, e vinculavam-se ao proprietário ou arrendatário da terra por um contrato, cujo pagamento convertia-se em gêneros alimentícios ou em moeda [...]. As famílias que permaneceram [nas fazendas em que eram escravizadas antes da abolição] vincularam-se ao trabalho mediante contratos baseados no costume [...]. Nesses sistemas, eles tocavam o gado, abriam roçados, plantavam as sementes, colhiam os frutos e cuidavam das dependências da fazenda, mesmo que para isso ganhassem, nos casos de extrema exploração, somente um litro de banha pela tarefa executada [...]. Aqueles que tinham o direito a pequenas lavouras plantavam para complementar a alimentação familiar e, em certas condições, poderiam até melhorar a qualidade de vida e ascender socialmente. [...] Como podemos ver, a complexidade dos destinos dos libertos mostra um lado enriquecedor da História quando comparada àquela, já bastante criticada [...], que defende que os negros migraram em massa para as cidades, moravam nas favelas, as mulheres prostituíam-se e os homens tornavam-se marginais. Algumas coletâneas, por exemplo, reúnem outras formas de investigar os libertos e seus descendentes no pós-abolição, revelando as experiências de trabalho urbano desses homens, mulheres e crianças nas áreas mais diversas, como a indústria, o trabalho doméstico, os esportes, a música, o teatro, a imprensa, a escola, as Forças Armadas, a construção de ferrovias e as profissões liberais. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Sou escravo de oficiais da Marinha”: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). <i>Revista Brasileira de História</i>, São Paulo, v. 36, n. 72, ago. 2016. p. 159-161. Discuta com um colega e registre as conclusões no caderno: 1 Além da migração para as cidades, que outras soluções para ganhar a vida os ex-escravizados encontraram? 2 Que visão sobre a inserção dos ex-escravizados nas atividades urbanas é criticada pelo autor do texto?
--	---

Onde encontro o conteúdo	Videoaula - Escravidão no Brasil: pós lei Áurea Parte 2 Disponível em: https://youtu.be/3zAIBH6niJQ Acesso em 11 abril 2021. Site Brasil Escola – Como ficou a vida dos ex-escravos após a Lei Áurea? Disponível em: https://bit.ly/3d5ZXQ3 Acesso em 11 abril 2021
--	---